

Formação universitária de intelectuais indígenas: notas etnográficas sobre o caso da FURG

ALESSANDRO BARBOSA LOPES¹; LORI ALTMANN²

¹Universidade Federal de Pelotas – alessandro87rs@hotmail.com;

²Universidade Federal de Pelotas – lori.altmann@yahoo.com

1. INTRODUÇÃO

Recentemente, através de várias mobilizações, os povos indígenas conquistaram estrategicamente direitos e espaços com relação à educação formal, principalmente à formação universitária. Alguns caminhos foram traçados, podendo-se citar os seguintes: Programa Diversidade na Universidade, implementado pelo MEC; Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas – Prolind (BARNES, 2010); sistema de cotas nas universidades públicas (Lei nº 12.711/2012) (CARVALHO, 2005) e programas específicos de ingresso de indígenas no ensino superior, através do sistema de bonificação de vagas em cursos regulares de universidades públicas.

Essa pesquisa para fins de trabalho de conclusão de curso teve como objetivo uma compreensão do modelo de política pública de inclusão indígena no ensino superior pensado pela FURG e também uma reflexão sobre a noção de protagonismo indígena relacionado a esse fenômeno social. No Rio Grande do Sul, outras universidades públicas estabeleceram políticas em uma mesma direção, possuem o mesmo princípio, porém apresentam diferenças sutis entre si. Além disso, buscou a produção de uma etnografia sobre a política afirmativa específica dessa universidade, tentando alcançar um entendimento, que vai além das portarias e demais processos burocráticos que as regem, de como ocorre a inserção destes indígenas no ensino superior. O universo de pesquisa abrangeu o ambiente universitário, a moradia estudantil, a cidade de Rio Grande além de congressos e seminários.

2. METODOLOGIA

Roberto Cardoso de Oliveira (1998) divide a pesquisa etnográfica em três partes, que são: olhar, ouvir e escrever. Sobre o “olhar”, menciona a importância de um instrumental teórico que sensibilize o olhar, deixando esse de ser um olhar ingênuo e passando a observar atentamente tudo a sua volta. O “ouvir” é destacado como complementar ao “olhar”, significando uma espécie de par de muletas, onde é preciso, para complementar esse olhar, um “ouvir” especial para obter os discursos “nativos”. A partir disso, o “escrever” torna-se, então, o ato final do trabalho do intelectual acadêmico, momento também onde entra em jogo um conhecimento crítico. O “escrever” é, ainda, dividido em duas partes: o “estando lá” e o “estando aqui” (OLIVEIRA, 1998:25) e entre ambos é realizada uma interpretação dos dados registrados com base nos conceitos da disciplina.

Nesse mesmo sentido, conforme Geertz:

Segundo a opinião de livros-textos, praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Porém, isso não necessariamente define o empreendimento etnográfico, o mesmo realiza-se pelo esforço intelectual implementado pelo pesquisador (GEERTZ, 2012:4).

O resultado desta pesquisa foi construído a partir de revisão bibliográfica em literatura específica, atas de reuniões, portarias, resoluções, editais e documentos oficiais, além de entrevistas, gravações em áudio, registro fotográfico, caderno de notas e diário de campo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acesso dos povos indígenas no ensino superior possui duas faces. Uma face é a busca por formação de professores que atuem nas escolas indígenas e nesse contexto surge o PROLIND. A outra face desse movimento pelo ensino formal é a busca por cursos regulares das universidades públicas. Onde se pressupõe, que a intenção desses povos é formar profissionais dotados de instrumentos técnicos científicos e metodológicos para a inserção nos mais variados segmentos da sociedade envolvente e comunidades indígenas, atuando principalmente em assuntos que os afetem diretamente como a gestão de projetos de desenvolvidos nas comunidades, elaboração, aplicação e fiscalização de políticas públicas, trabalhando na defesa de seus interesses (LUCIANO, 2009).

Paralelo aos programas mencionados, de forma crescente acontece o ingresso diferenciado de indígenas em vários cursos regulares das universidades públicas do Brasil, através de programas específicos. Como pioneiro, pode-se citar o estado do Paraná, onde através de lei estadual aprovada em 2001 criou vagas suplementares específicas para esses estudantes. A partir disso, inicia uma espécie de eclosão de políticas públicas voltadas ao ensino superior desses povos em várias universidades brasileiras, marcando talvez o início do que se poderia chamar de descolonização científica com relação a tais povos.

O vínculo entre os Kaingang (ROSA; CRÉPEAU, 2008, 2006) e a FURG ocorre através de visitas destes à instituição, de deslocamentos de professores/as e alunos/as para realizarem atividades acadêmicas nas aldeias, de encontros fortuitos na praia do Cassino, de palestras proferidas na instituição, etc. Formalmente, em 2009, o Kaingang Roberto Carlos dos Santos e Ilinir Jacinto foram à FURG para se reunirem com pró-reitores e o reitor da universidade. Nesse momento, expressam a vontade dos Kaingang da Terra Indígena (TI) Iraí de verem seus jovens estudando nessa universidade e a importância que isso teria para a comunidade. Antes desse evento político, o professor Alfredo Gentili já havia visitado a TI Iraí, junto com uma turma de alunos do curso de Psicologia. Esse contato foi mantido e intensificado, na medida em que esses mesmos Kaingang se deslocavam à praia do Cassino nos meses de verão para comercializar artesanato. Durante essas vindas, o professor Alfredo, além de outros profissionais da FURG, encontrou outras vezes esses indígenas em suas barracas de venda, na avenida central dessa praia.

Motivados por essas aproximações pessoais, em 2008, o líder kaingang Roberto foi conhecer a FURG, tendo proferido nessa oportunidade uma aula sobre sua cultura para estudantes de Psicologia. Em 2009, antes do ato que formalizaria tal vínculo, essa mesma liderança, ao lado do Kaingang Ilinir Jacinto, visitou uma vez mais essa instituição de ensino superior. Cabe ressaltar que um encontro político dessas lideranças com os pró-reitores e reitor, em 2009, resultou no primeiro edital de vestibular com vagas específicas para estudantes indígenas na FURG. O início do ingresso de estudantes indígenas na FURG marca uma etapa importante, tanto para os povos indígenas quanto para essa universidade.

O diálogo e a negociação entre lideranças indígenas kaingang e a FURG resultou na elaboração de um programa que contemplasse as necessidades das

comunidades e a inclusão indígena. Em agosto de 2009, através da resolução nº 019/2009, o CONSUN aprova a criação do Programa de Ação Inclusiva – PROAI. A partir daí foram criadas cinco vagas específicas anuais, a serem preenchidas através de processo seletivo específico. Os cursos foram escolhidos pelas próprias comunidades indígenas, sendo vetada a criação de mais de uma vaga num mesmo curso e processo seletivo. A partir disso é divulgado o edital do Processo Seletivo 2010 para Ingresso de Estudantes Indígenas¹.

A experiência dos estudantes indígenas ao ingressar na universidade é difícil, em virtude das especificidades culturais como a vivência em coletividade frente ao individualismo existente na sociedade envolvente. Este descompasso parece ser amenizado na medida em que o grupo de estudantes aumenta e os mais experientes auxiliam os recém ingressam. Podem, por outro lado, continuar se relacionando com suas famílias, quando estas se deslocam da TI Iraí até a praia do Cassino, em Rio Grande, no verão para a venda do artesanato. De outra forma, a permanência na cidade possibilita a articulação na busca de ações que beneficiem suas comunidades.

A partir da inserção das culturas indígenas nas universidades seria apropriada a oferta de disciplinas relacionadas intimamente com essas culturas, promovendo através disso a possibilidade da quebra de estereótipos e estigmas tão fortemente construídos durante todos esses anos, herança que ainda reforça uma relação desigual entre indígenas e não-indígenas.

Essa via de acesso à universidade é um fato recente na história dos povos indígenas, mas é algo desejado pelos mesmos há décadas. Isso remonta ao surgimento do movimento indígena na década de 1980 e a grande capacidade que se desenvolvia no âmbito dessa mobilização política em levantar demandas, bandeiras e dialogar com o Estado na conquista de suas reivindicações (OLIVEIRA, 2001, 2010, 2008).

A formação acadêmica contribui para o fortalecimento político do movimento indígena e das organizações indígenas, o desenvolvimento das comunidades e também para a inserção de indígenas na gestão de políticas públicas voltadas para a população indígena e, ainda, para a atuação dessas pessoas nos órgãos de assistência às comunidades em diversas áreas como, por exemplo, saúde e educação. Com isso, expande-se o protagonismo e a autonomia indígena.

Os indígenas e a FURG constituem, por meio de seus protagonistas indígenas e institucionais, uma experiência de formação acadêmica muito instigante, que deveria ser compartilhada, contribuindo para a troca de informações sobre a presença indígena no ensino superior, que atualmente acontece em vários pontos do Brasil. A experiência desenvolvida na FURG se insere em uma rede constituída com outras instituições no Rio Grande do Sul.

4. CONCLUSÕES

Por fim, cabe dizer que trata de um projeto meritório, de enorme retorno social tanto aos povos indígenas como para a sociedade envolvente. Trata-se de um giro de 180º em uma instituição científica que, movida por seus ideais, durante tanto tempo investiu na separação cultura-natureza, mas que agora dá um passo firme no sentido de trazer a ordem do sensível para o interior da ciência.

¹ Nesse edital foram criadas vagas específicas nos cursos de Ciências Biológicas – Licenciatura, Direito – Diurno, Enfermagem, Letras – Português e Medicina, dois indígenas Kaingang ingressaram através desse edital. Nos processos seletivos seguintes, indígenas Mbyá-Guarani e Pankará também ingressaram.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAINES, S. G. Identidades e protagonismo político indígena no Brasil após a Constituição Federal de 1988. In: PIMENTA, J; SMILJANIC, M. I. (orgs.). **Etnologia e Indigenismo**. Brasília: Positiva, 2012. P. 31 – 51.
- BARNES, E. V. Do Diversidade ao Prolind: Reflexões sobre as políticas públicas do MEC para a formação superior e povos indígenas. In: SOUSA, C. N. I; ALMEIDA, F. V. R; LIMA, A. C. S & MATOS, M. H. O. (orgs.). **Povos Indígenas: Projetos e desenvolvimento II**. Brasília: Paralelo 15, Rio de Janeiro: LACED, 2010.
- CARVALHO, J. J. **Inclusão étnica e racial no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Attar Editorial, 2006. P. 17 – 66.
- CRÉPEAU, R. —Os Kamé vão sempre primeiro □ Dualismo social e reciprocidade entre os Kaingang. In: **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006. P. 9 – 33.
- GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. P. 13 – 41.
- LUCIANO, G. S. Indígenas no ensino superior: novo desafio para as organizações indígenas e indigenistas no Brasil. In: SMILJANIC, M. I; PIMENTA, J; BAINES, S. G. (Orgs.). **Faces da Indianidade**. Curitiba: Nexo Design, 2009. P. 187 – 202.
- LUCIANO, G. S. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC, SECADI, LACED/Museu Nacional, 2006.
- LUCIANO, G. S. O papel da universidade sob a ótica dos povos e acadêmicos indígenas. In: NASCIMENTO, A. C; et al (org.). **Povos indígenas e sustentabilidade: saberes e práticas interculturais na universidade**. P. 32 – 39.
- OLIVEIRA, J. P. Políticas indígenas contemporâneas na Amazônia brasileira. In: D'INCAO, M. A. (org.). **O Brasil não é mais aquele... Mudanças sociais após a redemocratização**. São Paulo: Cortez, 2001
- OLIVEIRA, J. P. Regime tutelar e globalização: um exercício de sociogênese dos atuais movimentos indígenas no Brasil. In: REIS, D; et al (orgs.). **Tradições e Modernidades**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- OLIVEIRA, J. P. Sem a tutela, uma nova moldura de nação. In: OLIVEN, R. G.; RIDENTI, M; BRANDÃO, G. M. (orgs.). **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: ANPOCS, 2008.
- OLIVEIRA, R. C. O trabalho do Antropólogo: “olhar, ouvir, escrever”. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do Antropólogo**. 2. Ed. São Paulo: Paralelo 15, 1998.
- ROSA, R. R. G. Uma ponte pênclil sobre o oceano: a contribuição do pensamento mitológico kaingang no Rio Grande do Sul. In: BERGAMASCHI, M. A. (Org.). **Povos Indígenas e Educação**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008, p. 45-60.